

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024

PROCESSO Nº 001/2024

O Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileira – CONECTAR, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 41.774.599/0001-06, com sede na Q SETOR COMERCIAL SUL (SCS) QUADRA 08, BLOCO B N50, ANDAR 8 SALA 827 EDIFÍCIO VENANCIO 2000, CEP: 70.333.-900, BAIRRO ASA SUL, BRASÍLIA- DF, neste ato representado por seu Presidente EDSON ANTÔNIO DA SILVA, portador do CPF nº 026381168-90 e RG nº 17.977.823-7, considerando o julgamento e resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços ofertados pela

Empresa DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40 e com Inscrição Estadual nº 170/0004112, com sede à ROD BR 480, nº 180, CEP: 99.740-000, BAIRRO: CENTRO, BARÃO DE COTEGIPE – RS, Telefone: (54) 3523-2600, E-mail Licitação: pregao@dimaster.com.br / E-mail Contratos: licitacao2@dimaster.com.br / contratos@dimaster.com.br / E-mail Pedido/Empenho: faturamento@dimaster.com.br, neste ato representado pela sua Procuradora, Sra. Suema Tussi Brunelo, Casada, portadora da cédula de identidade nº 1038690028 – SSP/RS e inscrita no CPF nº 448.443.280-34, passando à condição de Detentora da Ata, observadas as condições previstas no Edital do Pregão supracitado, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Resolução do CONECTAR nº 001/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual Fornecimento de Medicamentos, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta do Detentor, cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE 01 / 02 / 03						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNI D	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
0001	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250MCG SPRAY ORAL 200 DOSES BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 250 MCG/DOSE. Spray. Via de administração oral. - Unidade: Frasco 200 doses [Classificação farmacológica] [Código ATC] R03BA01 [CÓDIGO CATMAT] BR0267581 Emb. Primária:FR C/200DOSES Emb. Secundária: CX C/ 1 Nome Comercial:GENÉRICO Origem:INDIA Tipo:Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: GLENMARK FARMACEUTICA LTDA - GLENMARK FARMACEUTICA LTDA - F4563 - 44.363.661/0001-57 - SÃO PAULO Apresentação: Emb. Primária:FR C/200 DOSES Emb. Secundária: CX C/ 1 Acondicionamento: TUBO DE ALUMINIO PRESSURIZADO Registro M.S.: 1101302770011 Cód. Barras: 7897473207103 Cód. GGREM: 521915120019406 Cód. BR: BR0346586	415.000	FR	GLENMARK	R\$35,00	R\$14.525.000,00
0002	BROMETO DE IPRATROPIO GOTAS 20ML IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML. Solução para inalação. - Unidade: Frasco 20 ml [Classificação farmacológica] Aparelho respiratório [Código ATC] R03BB01 [CÓDIGO CATMAT] BR0268331 Emb. Primária:FR C/ 20ML Emb. Secundária: CX C/ 200 Nome Comercial:GENÉRICO Origem:BRASIL Tipo:Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - PRATI, DONADUZZI - F100 - 73.856.593/0001-66 - TOLEDO Apresentação: Emb. Primária:FR C/ 20ML Emb. Secundária:	280.000	FR	PRATI DONADUZZI	R\$ 3,00	R\$ 840.000,00

	CX C/ 100 Acondicionamento: FRASCO DE PLASTICO OPACO GOTEJADOR Registro M.S.: 1256800900026 Cód. Barras: 7898148299027 Cód. GGREM: 528500701174113 Cód. BR: BR0268331-2					
0003	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG SPRAY AEROSSOL 200 DOSES SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE. Aerossol. Via de administração oral. - Unidade: Frasco 200 doses [Classificação farmacológica] [Classificação farmacológica] [Código ATC] R03AC02 [CÓDIGO CATMAT] BR0294887 [Código ATC] [CÓDIGO CATMAT] Emb. Primária:FR C/200 DOSES Emb. Secundária: CX C/ 1 Nome Comercial:GENÉRICO Origem:ÍNDIA Tipo:Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: GLENMARK FARMACEUTICA LTDA - GLENMARK FARMACEUTICA LTDA - F4563 - 44.363.661/0001-57 - SÃO PAULO Apresentação: Emb. Primária:FR C/ 200 DOSES Emb. Secundária: CX C/ 1 Acondicionamento: FRASCO DE ALUMINIO + INALADOR Registro M.S.: 1101302910018 Cód. Barras: 7897473202771 Cód. GGREM: 521921060021006 Cód. BR: BR0294887	1.500.000	FR	GLENMARK	R\$16,00	R\$24.000.000,00
0004	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO GLIBENCLAMIDA, 5 MG. Comprimido. Via de administração oral. -Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] Aparelho [Código ATC] A10BB01 [CÓDIGO CATMAT] BR0267671 Emb. Primária:BL C/ 30 Emb. Secundária: CX C/ 450 Nome Comercial: GLICAMIN Origem: BRASIL Tipo: Similar Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A - GEOLAB INDUSTRIA FARMACEUTICA S/A - F106 - 03.485.572/0001-04 – ANÁPOLIS Apresentação: Emb. Primária:BL C/ 20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO E PLASTICO TRANSPARENTE Registro M.S.:	65.000.000	CP	GEOLAB	R\$0,038	R\$2.470.000,00

	1542300430038 Cód. Barras: 7899095210899 Cód. GGREM: 510405102118417 Cód. BR: BR0267671					
0005	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG COMPRIMIDO METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG. Comprimido. Via de administração oral. -Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] digestivo e metabolismo [Código ATC] A10BA02 [CÓDIGO CATMAT] BR0267691 Emb. Primária: BL C/ 10 Emb. Secundária: CX C/ 200 Nome Comercial: GENERICO Origem: BRASIL Tipo: Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - PRATI, DONADUZZI - F100 73.856.593/0001-66 – TOLEDO Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO/PLASTICO TRANSPARENTE Registro M.S.: 1256801510027 Cód. Barras: 7898148291304 Cód. GGREM: 528516070130106 Cód. BR: BR0267691	312.500.0 00	CP	PRATI DONADUZZI	R\$0,148	R\$46.250.000,00
0006	CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDO CAPTOPRIL, 25 MG. Comprimido. Via de administração oral. -Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] [Código ATC] C09AA01 [CÓDIGO CATMAT] BR0267613 Emb. Primária: BL C/20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Nome Comercial: GENERICO Origem: BRASIL Tipo: Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: BRASTERAPICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. - BRASTERAPICA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA. - F6103 - 46.179.008/0003-20 – ATIBAIA Apresentação: Emb. Primária:BL C/20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO/PLASTICO TRANSPARENTE Registro M.S.: 1003800980026 Cód. Barras: 7898100242924 Cód. GGREM: 504916030010106 Cód. BR: BR0267613	115.500.0 00	CP	BRASTERA PICA	R\$0,04	R\$4.620.000,00
0007	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG COMPRIMIDO ENALAPRIL MALEATO, 10 MG. Comprimido. Via de administração oral. -Unidade:	165.000.0 00	CP	HIPOLABOR	R\$0,05	R\$8.250.000,00

	<p>Comprimido [Classificação farmacológica] [Código ATC] C09AA02 [CÓDIGO CATMAT] BR0267651 Emb. Primária:BL C/ 20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Nome Comercial: SANVAPRESS Origem: BRASIL Tipo: Similar Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA - HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA - F174 - 19.570.720/0007-06 - MONTES CLAROS Apresentação: Emb. Primária: BL C/ 20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO PVC TRANSPARENTE Registro M.S.: 1134302110026 Cód. Barras: 7898470686502 Cód. GGREM: 511622110049417 Cód. BR: BR0267651</p>					
0008	<p>HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO</p> <p>HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG. Comprimido. Via de administração oral. - Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] [Código ATC] C03AA03 [CÓDIGO CATMAT] BR0267674 Emb. Primária:BL C/ 20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Nome Comercial: GENERICO Origem: BRASIL Tipo: Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA - CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA - F185 - 02.814.497/0002-98 - POUSO ALEGRE Apresentação: Emb. Primária:BL C/ 20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO/PLASTICO PVC TRANSPARENTE Registro M.S.: 1438102100053 Cód. Barras: 7896523210087 Cód. GGREM: 506417080033506 Cód. BR: BR0267674</p>	175.500.000	CP	CIMED	R\$ 0,04	R\$ 7.020.000,00
0009	<p>LOSARTANA POTASSICA 50MG COMPRIMIDO</p> <p>LOSARTANA POTÁSSICA, 50 MG. Comprimido. Via de administração oral. - Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] Aparelho cardiovascular [Código ATC] C09CA01 [CÓDIGO CATMAT] BR0268856 Emb. Primária:BL C/ 30 Emb. Secundária: CX</p>	500.000.000	CP	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,06	R\$ 30.000.000,00

	<p>C/ 960 Nome Comercial: GENERICO Origem: BRASIL </p> <p>Tipo: Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - PRATI, DONADUZZI - F100 - 73.856.593/0001-66 – TOLEDO Apresentação: Emb. Primária:BL C/ 30 Emb. Secundária: CX C/ 960 Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO/PLASTICO TRANSPARENTE Registro M.S.: 1256802020228 Cód. Barras: 7899547529142 Cód. GGREM: 528517090131706 Cód. BR: BR0268856</p>					
0010	<p>CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG COMPRIMIDO 0,043 1.720.000,00</p> <p>PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG. Comprimido. Via de administração oral. - Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] [Código ATC] C07AA05 [CÓDIGO CATMAT] BR0267772 Emb. Primária:BL C/ 20 Emb. Secundária: CX C/ 500 Nome Comercial: SANPRONOL Origem: BRASIL Tipo: Similar Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA - HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA - F174 - 19.570.720/0007-06 - MONTES CLAROS Apresentação: Emb. Primária: BL C/ 20 Emb. Secundária: CX C/ 6000 Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO/PLASTICO AMBAR Registro M.S.: 1134302100020 Cód. Barras: 7898470686489 Cód. GGREM: 511622100048717 Cód. BR: BR0267772</p>	40.000.000	CP	HIPOLABOR	R\$ 0,043	R\$ 1.720.000,00
0011	<p>SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO SINVASTATINA, 20 MG. Comprimido. Via de administração oral. -Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] [Código ATC] C10AA01 [CÓDIGO CATMAT] BR0267747 Emb. Primária: BL C/ 30 Emb. Secundária: CX C/ 30 Nome Comercial: GENERICO Origem: BRASIL Tipo: Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA - CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS</p>	255.000.000	CP	CIMED	R\$ 0,10	R\$ 25.500.000,00

	LTDA - F185 - 02.814.497/0002-98 - POUSO ALEGRE Apresentação: Emb. Primária: BL C/ 30 Emb. Secundária: CX C/ 30 Acondicionamento: BLISTER DE ALUMINIO/PLASTICO TRANSPARENTE Registro M.S.: 1438101690043 Cód. Barras: 7896523215235 Cód. GGREM: 506415100029306 Cód. BR: BR0267747					
0012	SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDO SINVASTATINA, 40 MG. Comprimido. Via de administração oral. -Unidade: Comprimido [Classificação farmacológica] [Código ATC] C10AA01 [CÓDIGO CATMAT] BR0267745 Emb. Primária: BL C/ 15 Emb. Secundária: CX C/ 30 Nome Comercial: GENERICO Origem: BRASIL Tipo: Genérico Item desonerado de ICMS de acordo com o Convênio 87/02 e alterações. Fabricante: CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA - CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA - F185 - 02.814.497/0002-98 - POUSO ALEGRE Apresentação: Emb. Primária: BL C/ 15 Emb. Secundária: CX C/ 30 Acondicionamento: BLISTER ALUMINIO PVC TRANSPARENTE Registro M.S.: 1438101690124 Cód. Barras: 7896523200644 Cód. GGREM: 506415120030106 Cód. BR: BR0267745	69.500.00 0	CP	CIMED	R\$ 0,17	R\$ 11.815.000,00
VALOR TOTAL DA ATA						R\$177.010.000,00

2.2. O valor total desta ata de registro de preços é R\$ 177.010.000,0 (CENTO E SETENTA E SETE MILHÕES E DEZ MIL REAIS).

2.3. Os quantitativos e prazos acima representam mera expectativa de contratação, não vinculando nem obrigando o Consórcio Conectar e os órgãos participantes à sua efetivação.

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. As entregas deverão ser realizadas nos endereços indicados por cada órgão contratante.

4.2. O transporte dos medicamentos deverá ser feito por frota própria ou terceirizada que detenha autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para transporte de medicamentos, atenda às Boas Práticas de Transporte e obedeça aos critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, principalmente, esterilidade.

4.3. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em veículo adequado, limpo e com a temperatura correta. Ele não poderá ser feito concomitantemente com outros produtos que possam contaminar ou alterar a integridade e/ou características físico-químicas dos medicamentos.

4.4. O acondicionamento e transporte dos medicamentos deverão ser feitos dentro do preconizado, obedecendo as condições de empilhamento máximo de caixas estabelecidas pelo fabricante, a fim de evitar avarias dos produtos.

4.5. Caso alguma irregularidade seja detectada no transporte dos medicamentos, será solicitada a troca dos produtos por outros lotes, que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para Consórcio Conectar e para os órgãos contratantes. Esse procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

4.6. A detentora da ata é responsável por monitorar a entrega até o destino e averiguar se o transporte está sendo realizado de acordo com as Boas Práticas de Transporte, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

4.7. A detentora deverá enviar funcionários em número suficiente para descarga das mercadorias.

4.8. A detentora deverá fornecer, juntamente com os produtos, no ato da entrega, documento original ou em cópia autenticada do Laudo de Análise de controle de qualidade para cada lote entregue, sendo emitido pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).

4.9. Os medicamentos a serem entregues deverão estar armazenados em caixas apropriadas para seu transporte e acondicionados nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde, estar em conformidade com a Solicitação de Fornecimento e obedecendo rigorosamente às condições estabelecidas na ata de registro de preços.

4.10. Os medicamentos deverão estar de acordo com as normas, portarias e Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) vigentes, ressaltando que o texto e demais exigências legais previstas para bulas, cartuchos e rotulagens devem estar em conformidade com a

legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor, em língua portuguesa e em embalagens contendo:

- a) Nome genérico do medicamento por DCB (Denominação Comum Brasileira) e concentração, ou na sua ausência por DCI (Denominação Comum Internacional);
- b) Dados do fabricante, conforme as especificações exigidas pelo Ministério da Saúde;
- c) Data de fabricação, prazo de validade e lote;
- d) Nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF) e a unidade federativa na qual está inscrito. O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada;
- e) Embalagem com a descrição “PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO”, conforme Portaria GM nº 2.814, de 29 de maio de 1998 e a RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009;
- f) Bula do medicamento em quantidades suficientes para a dispensação junto com o medicamento;
- g) Lacre não violado.

4.11. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre de segurança, com as características de rompimento irrecuperável, na embalagem primária e secundária do produto.

4.12. Os medicamentos acondicionados em frascos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser acondicionados de forma que se evite a queda e dano dos produtos durante o transporte.

4.13. Visando auxiliar a conferência do quantitativo, o conteúdo interno deve estar organizado.

4.14. O prazo de validade dos medicamentos na data da entrega NÃO poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total

4.15. O Órgão Contratante reserva para si o direito de recusar produto em desacordo com o edital e proposta de preços, devendo estes, serem substituídos às expensas da detentora da ata, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

4.16. Ocorrendo a rejeição do produto, a Detentora será notificada pelo Órgão para efetuar as correções cabíveis, dentro do prazo que lhe será fixado.

4.17. A recusa da Detentora em atender o estabelecido no item anterior implicará na aplicação das penalidades previstas em edital.

4.18. A detentora da ata será responsável pela retirada dos medicamentos, sem qualquer ônus ao Consórcio Conectar ou aos órgãos contratantes, ficando responsável, ainda, pelos custos e impostos incidentes em caso de cancelamento de notas fiscais, sem

prejuízo de demais sanções administrativas conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços.

4.19. A Detentora não poderá alegar dificuldade na entrega dos medicamentos em razão de falha ou atraso nos processos de produção ou importação, bem como por culpa de pessoal próprio ou de terceiros.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado, por cada órgão contratante, através de transferência/ depósito na conta corrente da detentora da ata, em banco informado logo a baixo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal.

5.1.1. Bancos para depósito:

Favorecido: DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Banco do Brasil: Agência: 5122-5 / Conta Corrente: 7468-3

Banco Bradesco: Agência: 03274 / Conta Corrente: 46001-0

5.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do órgão contratante e deverá ter o mesmo C.N.P.J. do empenho, caso contrário a despesa não será apropriada e paga.

5.3. O pagamento somente será efetuado após o atesto na Nota Fiscal pelo fiscal designado para fiscalização, atestando que a detentora cumpriu todas as exigências e condições da proposta.

5.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à detentora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Órgão Gerenciador e/ou Órgão Contratante.

5.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.6. Os pagamentos, eventualmente efetuados com atraso, terão os seus valores atualizados monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre a data prevista para adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

5.7. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora do registro de preços, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5.8. O Órgão Gerenciador e/ou Órgão Contratante, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela detentora

da ata, independentemente de notificação Judicial ou Extrajudicial.

6. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Pelas infrações administrativas previstas no item 6.1 acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato.

6.4. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.1, observados os seguintes limites máximos:

- a) Pelo atraso na execução, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do pedido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor do pedido inexecutado;
- b) Pela recusa em realizar a execução, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;
- c) Pela demora em substituir ou corrigir falhas da execução, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do pedido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor pedido não substituídos/corrigidos;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas na execução, entendendo-se como recusa a execução não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: até 10% (dez por cento) do valor da execução rejeitado;
- e) Em caso de não execução do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido;
- f) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 14.133/2021 ou no Edital e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

6.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o CONECTAR e a Administração Pública direta e indireta do ente contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

6.6. A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo

de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das seguintes infrações administrativas:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7. Nos casos em que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, na ocorrência das seguintes infrações administrativas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

6.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.9. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

- 6.10. As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.
- 6.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 6.12. A sanção de Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada exclusivamente pelo Presidente do CONECTAR.
- 6.13. Na aplicação da sanção de Multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos itens registrados, nas seguintes situações:
 - a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
 - c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o CONECTAR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 - 7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.2.2. Na hipótese prevista no item 7.2.1 acima, o CONECTAR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
 - 7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONECTAR procederá ao cancelamento

da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 19, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

- 7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o CONECTAR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.
- 7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao CONECTAR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.3.1. Para fins do disposto no item 7.3 acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo CONECTAR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7.2, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 7.3.2 acima, o CONECTAR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.4.
- 7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONECTAR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 19.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, o CONECTAR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.3.6. O CONECTAR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo CONECTAR, quando o fornecedor:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo órgão contratante sem justificativa razoável;
 - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 8.3.2; ou
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. Na hipótese prevista na alínea “d” do item 8.1 acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONECTAR poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do CONECTAR, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o CONECTAR poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.2. A ata de registro de preços poderá ser cancelada pelo CONECTAR, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) por razão de interesse público;
 - b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
 - c) se não houver êxito nas negociações para redução, nas hipóteses dos itens 8.2.3 e 8.3.4; ou
 - d) por ordem judicial.
- 8.2.1. O CONECTAR poderá ainda cancelar a ata, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, quando o detentor da ata:
- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
 - c) Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
 - d) Não atender aos pedidos decorrentes da ata de registro de preços;
 - e) Descumprir as condições estabelecidas no edital e na ata de registro de preços sem justificativa.
- 8.2.2. A Ata também será cancelada quando o fornecedor sofrer sanção de impedimento

de licitar ou declaração de inidoneidade.

- 8.2.3. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do registro de preços, o CONECTAR poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.2.4. O cancelamento do registro de preços será formalizado por despacho da autoridade competente do CONECTAR.
- 8.3. Será garantido ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa em todas as hipóteses de cancelamento previstas neste Edital.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

- 9.1. A Detentora/ Contratada deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e execução dos contratos, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 9.2. Deverão ser observadas as OBRIGAÇÕES DAS PARTES de acordo com o estabelecido no item 6 do Termo de Referência.
- 9.3. A despesa decorrente do objeto desta ata correrá às expensas do orçamento dos Órgãos que aderirem ao Registro de Preços, sendo que na ocasião da formalização de contrato ou instrumento equivalente, serão informadas as fichas correspondentes e respectivos vínculos.
- 9.4. As partes elegem o Foro da Comarca de Araraquara – sede da atual presidência do CONECTAR, para dirimir qualquer dúvida que possa ocorrer em razão da execução do registro de preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via assinada digitalmente de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e ficará à disposição dos órgãos participantes.

Brasília, 03 de Setembro de 2024.



Assinado de forma digital por
CONECTAR CONSÓRCIO
NACIONAL DE VACINAS DAS
CIDADES
CIDADE:41774599000106
Dados: 2024.09.04 10:14:38
-03'00'

Edson Antônio da Silva
Presidente
Consórcio Nacional de Vacinas das
Cidades Brasileiras – CONECTAR

Assinado de forma digital por SUEMA TUSSI BRUNELO:44844328034
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=AC VALID RFB V5, ou=AR SENHA DIGITAL, ou=Presencial,
ou=19520630000115, cn=SUEMA TUSSI BRUNELO:44844328034
Dados: 2024.09.06 14:15:34 -03'00'

Suema Tussi Brunelo
Procuradora
Dimaster – Comércio de Produtos
Hospitalares LTDA

Testemunhas: 1.)

Documento assinado digitalmente
JESSICA BARBOSA CASTRO
Data: 03/09/2024 19:09:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2.)

Documento assinado digitalmente
ELIDE MARIA INFORSATO
Data: 04/09/2024 10:31:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024

PROCESSO Nº 001/2024

O Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileira – CONECTAR, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 41.774.599/0001-06, com sede na Q SETOR COMERCIAL SUL (SCS) QUADRA 08, BLOCO B N50, ANDAR 8 SALA 827 EDIFÍCIO VENANCIO 2000, CEP: 70.333.-900, BAIRRO ASA SUL, BRASÍLIA- DF, neste ato representado por seu Presidente EDSON ANTÔNIO DA SILVA, portador do CPF nº 026381168-90 e RG nº 17.977.823-7, considerando o julgamento e resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços ofertados pela

Empresa MEDIC-PHARM COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.463.731/0001-27, e com Inscrição Estadual nº 239.042.986.117 com sede à RUA JOAO PAULO I (PRQ IND ARAUCAREA), CEP: 07.747-250, BAIRRO: LARANJEIRAS, CAIEIRAS – SP, Telefone: (11) 4445-5621, E-mail: licitacao@medicpharm.com.br / saulo@medicpharm.com.br, neste ato representado pelo seu Sócio, o Sr. Roney Prospero, divorciado, portador da cédula de identidade RG nº 28.148.377 SSP/SP e inscrito no cadastro de pessoas físicas sob nº 279.478.348-30, passando à condição de Detentora da Ata, observadas as condições previstas no Edital do Pregão supracitado, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Resolução do CONECTAR nº 001/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual Fornecimento de Medicamentos, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta do Detentor, cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTES 05 / 07						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
0001	CLOPIDOGREL, 75 MG. Comprimido. Via de administração oral	8.500.000	Comprimido	BIOLAB	R\$ 0,50	R\$ 4.250.000,00
0002	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG. Comprimido. Via de administração oral.	12.000.000	comprimido	PRATI DONADUZZI	R\$ 0,2574	R\$ 3.088.800,00
VALOR TOTAL DA ATA						R\$ 7.338.800,00

2.2. O valor total desta ata de registro de preços é R\$ 7.338.800 (sete milhões trezentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).

2.3. Os quantitativos e prazos acima representam mera expectativa de contratação, não vinculando nem obrigando o Consórcio Conectar e os órgãos participantes à sua efetivação.

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. As entregas deverão ser realizadas nos endereços indicados por cada órgão contratante.

4.2. O transporte dos medicamentos deverá ser feito por frota própria ou terceirizada que detenha autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para transporte de medicamentos, atenda às Boas Práticas de Transporte e obedeça aos critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, principalmente, esterilidade.

4.3. O transporte dos medicamentos deverá ser realizado em veículo adequado, limpo e com a temperatura correta. Ele não poderá ser feito concomitantemente com outros produtos que possam contaminar ou alterar a integridade e/ou características físico-químicas dos medicamentos.

4.4. O acondicionamento e transporte dos medicamentos deverão ser feitos dentro do preconizado, obedecendo as condições de empilhamento máximo de caixas estabelecidas pelo fabricante, a fim de evitar avarias dos produtos.

4.5. Caso alguma irregularidade seja detectada no transporte dos medicamentos, será solicitada a troca do(s) produto(s) por outro(s) lote(s), que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para Consórcio Conectar e para os órgãos contratantes. Esse procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

4.6. A detentora da ata é responsável por monitorar a entrega até o destino e averiguar se o transporte está sendo realizado de acordo com as Boas Práticas de Transporte, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

4.7. A detentora deverá enviar funcionários em número suficiente para descarga das mercadorias.

4.8. A detentora deverá fornecer, juntamente com os produtos, no ato da entrega, documento original ou em cópia autenticada do Laudo de Análise de controle de qualidade para cada lote entregue, sendo emitido pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).

4.9. Os medicamentos a serem entregues deverão estar armazenados em caixas apropriadas para seu transporte e acondicionados nas embalagens primárias e secundárias, conforme registro no Ministério da Saúde, estar em conformidade com a Solicitação de Fornecimento e obedecendo rigorosamente às condições estabelecidas na

ata de registro de preços.

4.10. Os medicamentos deverão estar de acordo com as normas, portarias e Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) vigentes, ressaltando que o texto e demais exigências legais previstas para bulas, cartuchos e rotulagens devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor, em língua portuguesa e em embalagens contendo:

- a) Nome genérico do medicamento por DCB (Denominação Comum Brasileira) e concentração, ou na sua ausência por DCI (Denominação Comum Internacional);
- b) Dados do fabricante, conforme as especificações exigidas pelo Ministério da Saúde;
- c) Data de fabricação, prazo de validade e lote;
- d) Nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF) e a unidade federativa na qual está inscrito. O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada;
- e) Embalagem com a descrição "PROIBIDA VENDA AO COMÉRCIO", conforme Portaria GM nº 2.814, de 29 de maio de 1998 e a RDC nº 71, de 22 de dezembro de 2009;
- f) Bula do medicamento em quantidades suficientes para a dispensação junto com o medicamento;
- g) Lacre não violado.

4.11. Os medicamentos contidos em frascos deverão conter lacre de segurança, com as características de rompimento irrecuperável, na embalagem primária e secundária do produto.

4.12. Os medicamentos acondicionados em frascos que não possuem embalagem secundária individual deverão ser acondicionados de forma que se evite a queda e dano dos produtos durante o transporte.

4.13. Visando auxiliar a conferência do quantitativo, o conteúdo interno deve estar organizado.

4.14. O prazo de validade dos medicamentos na data da entrega NÃO poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total

4.15. O Órgão Contratante reserva para si o direito de recusar produto em desacordo com o edital e proposta de preços, devendo estes, serem substituídos às expensas da detentora da ata, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

4.16. Ocorrendo a rejeição do produto, a Detentora será notificada pelo Órgão para efetuar as correções cabíveis, dentro do prazo que lhe será fixado.

4.17. A recusa da Detentora em atender o estabelecido no item anterior implicará na

aplicação das penalidades previstas em edital.

4.18. A detentora da ata será responsável pela retirada dos medicamentos, sem qualquer ônus ao Consórcio Conectar ou aos órgãos contratantes, ficando responsável, ainda, pelos custos e impostos incidentes em caso de cancelamento de notas fiscais, sem prejuízo de demais sanções administrativas conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços.

4.19. A Detentora não poderá alegar dificuldade na entrega dos medicamentos em razão de falha ou atraso nos processos de produção ou importação, bem como por culpa de pessoal próprio ou de terceiros.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será efetuado, por cada órgão contratante, através de transferência/ depósito na conta corrente da detentora da ata, em banco informado logo a baixo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal.

5.1.1 Bancos para depósito:

Favorecido: MEDIC PHARM COMERCIAL LTDA – EPP

Banco do Brasil: Agência: 1700-0 / Conta Corrente: 91010-4 / Chave pix email: financeiro@medicpharm.com.br

Banco Bradesco: Agência: 1236 / Conta Corrente: 45474 – 5

Banco Caixa Econômica Federal: Agência: 4494 / Conta Corrente: 224-3 / Chave Pix CNPJ: 10.463.731/0001-27

Banco Itaú: Agência: 5199 / Conta Corrente: 99638-9

5.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do órgão contratante e deverá ter o mesmo C.N.P.J. do empenho, caso contrário a despesa não será apropriada e paga.

5.3. O pagamento somente será efetuado após o atesto na Nota Fiscal pelo fiscal designado para fiscalização, atestando que a detentora cumpriu todas as exigências e condições da proposta.

5.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à detentora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-

á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Órgão Gerenciador e/ou Órgão Contratante.

5.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

5.6. Os pagamentos, eventualmente efetuados com atraso, terão os seus valores atualizados monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, entre a data prevista para adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

5.7. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora do registro de preços, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5.8. O Órgão Gerenciador e/ou Órgão Contratante, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela detentora da ata, independentemente de notificação Judicial ou Extrajudicial.

6. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Pelas infrações administrativas previstas no item 6.1 acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato.

6.4. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.1, observados os seguintes limites máximos:

- a) Pelo atraso na execução, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do pedido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor do pedido inexecutado;
- b) Pela recusa em realizar a execução, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;
- c) Pela demora em substituir ou corrigir falhas da execução, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do pedido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor pedido não substituídos/corrigidos;
- d) Pela recusa em corrigir as falhas na execução, entendendo-se como recusa a execução não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: até 10% (dez por cento) do valor da execução rejeitado;
- e) Em caso de não execução do objeto ou rescisão da Ata de Registro de Preços por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido;
- f) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 14.133/2021 ou no Edital e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

6.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o CONECTAR e a Administração Pública direta e indireta do ente contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração.

ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

6.6. A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das seguintes infrações administrativas:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7. Nos casos em que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, na ocorrência das seguintes infrações administrativas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo

justificado.

6.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.9. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.10. As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

6.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.12. A sanção de Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada exclusivamente pelo Presidente do CONECTAR.

6.13. Na aplicação da sanção de Multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos itens registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os

preços registrados; ou

c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o CONECTAR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2. Na hipótese prevista no item 7.2.1 acima, o CONECTAR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONECTAR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 19, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o CONECTAR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao CONECTAR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.3.1. Para fins do disposto no item 7.3 acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo CONECTAR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7.2, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 7.3.2 acima, o CONECTAR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.4.

- 7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o CONECTAR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 19.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto nos itens 7.3 e 7.3.1 acima, o CONECTAR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.3.6. O CONECTAR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo CONECTAR, quando o fornecedor:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
 - b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo órgão contratante sem justificativa razoável;
 - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 8.3.2; ou
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. Na hipótese prevista na alínea "d" do item 8.1 acima, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONECTAR poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do CONECTAR, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o CONECTAR poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.2. A ata de registro de preços poderá ser cancelada pelo CONECTAR, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) por razão de interesse público;
 - b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

- c) se não houver êxito nas negociações para redução, nas hipóteses dos itens 8.2.3 e 8.3.4; ou
- d) por ordem judicial.

8.2.1. O CONECTAR poderá ainda cancelar a ata, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, quando o detentor da ata:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;
- c) Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;
- d) Não atender os pedidos decorrentes da ata de registro de preços;
- e) Descumprir as condições estabelecidas no edital e na ata de registro de preços sem justificativa.

8.2.2. A Ata também será cancelada quando o fornecedor sofrer sanção de impedimento de licitar ou declaração de inidoneidade.

8.2.3. Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência do registro de preços, o CONECTAR poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção

8.2.4. O cancelamento do registro de preços será formalizado por despacho da autoridade competente do CONECTAR.

8.3. Será garantido ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa em todas as hipóteses de cancelamento previstas neste Edital.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

9.1. A Detentora/ Contratada deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e execução dos contratos, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.2. Deverão ser observadas as OBRIGAÇÕES DAS PARTES de acordo com o estabelecido no item 6 do Termo de Referência.

9.3. A despesa decorrente do objeto desta ata correrá às expensas do orçamento dos Órgãos que aderirem ao Registro de Preços, sendo que na ocasião da formalização de contrato ou instrumento equivalente, serão informadas as fichas correspondentes e respectivos vínculos.

9.4. As partes elegem o Foro da Comarca de Araraquara – sede da atual presidência do

CONECTAR, para dirimir qualquer dúvida que possa ocorrer em razão da execução do registro de preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via assinada digitalmente de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e ficará à disposição dos órgãos participantes.

Brasília, 03 de Setembro de 2024

CONECTAR CONSÓRCIO Assinado de forma digital por
NACIONAL DE VACINAS CONECTAR CONSÓRCIO
DAS NACIONAL DE VACINAS DAS
CIDADE:41774599000105
6 DADOS: 2024.09.04 10:16:07
-03100

Edson Antônio Edinho da Silva
Presidente
Consórcio Nacional de Vacinas das
Cidades Brasileiras – CONECTAR



Roney Prospero
Sócio
Medic-Pharm Comercial Ltda

Testemunhas: 1.)

Documento assinado digitalmente
JESSICA BARBOSA CASTRO
Data: 04/09/2024 10:09:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

2.)

Documento assinado digitalmente
ELI DE MARIÁ INFORSATO
Data: 04/09/2024 10:01:53-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>